



**MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO  
TERCEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTE**

TERCEIRA CÂMARA.

**PROCESSO N° 11050-001245/86-00**

rffs

**Sessão de 11/fevereiro de 1.992 ACORDÃO N°**

Recurso nº: 112.198

Recorrente: GRANÓLEO S.A. COM. IND. DE SEMENTES OLEAGINOSAS E DERIVADOS.

Recorrid: DRF - RIO GRANDE - RS.

**R E S O L U Ç Ã O N º 303-484**

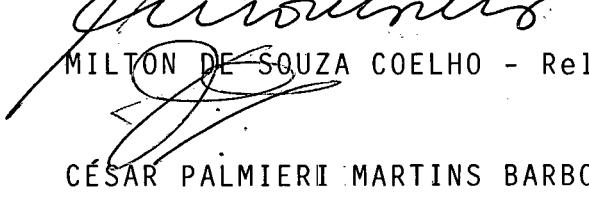
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos,

**RESOLVEM**, os Membros da Terceira Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes, por maioria de votos, em converter o julgamento em diligência à C.T.I.C, vencidos os Cons. Sandra Maria Faroni e Ronaldo Lindimar José Marton, que rejeitavam a preliminar, na forma do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.

Brasília-DF, em 11 de fevereiro de 1992.

  
JOÃO HOLANDA COSTA - Presidente.

  
MILTON DE SOUZA COELHO - Relator.

  
CÉSAR PALMIERI MARTINS BARBOSA - Proc. da Faz. Nacional.

VISTO EM

SESSÃO DE: 02 FEV 1993

Participaram, ainda do presente julgamento os seguintes Conselheiros:  
MALVINA CORUJO DE AZEVEDO LOPES, ROSA MARTA MAGALHÃES DE OLIVEIRA,  
HUMBERTO ESMERALDO BARRETO FILHO e PAULO AFFONSECA DE BARROS FARIA JÚNIOR.

MEPP - TERCEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES - TERCERA CAMARA.

RECURSO N. 112.198 RESOLUÇÃO N. 303-484

RECORRENTE: GRANOLEO S.A. COM. IND. DE SEMENTES OLEAGINOSAS E DERIVADOS.

RECORRIDO: DRF - RIO GRANDE - RS.

RELATOR: MILTON DE SOUZA COELHO.

R E L A T O R I O      E      V O T O

Retornam os presentes autos de diligência requerida à Coordenação Técnica de Intercâmbio Comercial do DECEX.

Vieram aos autos, com a diligência, parecer da Assessoria Jurídica da CTIC, cópia da Portaria n. 89/10, além de manifestação do DEAPE - Departamento de Produtos Agropecuários da CACEX.

Lamentavelmente, porém, as informações obtidas não satisfazem ao inquerido pela Resolução deste Conselho.

Com efeito, malgrado a diligência haja sido deliberada para que a CTIC esclarecesse "da forma mais fundamentada possíveis a) qual o resultado do inquérito administrativo mencionado, se for o caso, cópia da decisão porventura já proferidas b) a contradição entre as provas que conduziram à instauração do inquérito supra e o prefalado Certificado de Classificação, não foi ela atendida nestes expressos termos".

De fato, o parecer da Assessoria Jurídica da CTIC constante do processo alude a "certificados de análises laboratorial, emitidos pelas entidades supervisoras de embarque", documentos estes que haveriam denunciado a ocorrência da apontada fraude, sem esclarecer se está se referindo ao Certificado de Classificação ou se aos laudos particulares apreendidos pela fiscalização. Já a Portaria n. 89/10 e a manifestação do DEAPE são mais explícitas, neste particular, ao fundamentarem a instauração do inquérito administrativo na ocorrência de fraude na exportação evidenciada pelas "análises laboratoriais feitas por entendidade devidamente credenciada... à luz do relatado pela Delegacia da Receita Federal", o que autoriza a conclusão de que cuida-se ali dos talos laudos particulares que arrimaram a autuação.

De toda sorte, a informação trazida é insuficiente em face do que solicitado, vez que não há qualquer notícia acerca do resultado do mencionado inquérito administrativo instaurado pela CACEX - que se acha aguardando pronunciamento da Procuradoria da Fazenda Nacional -, nem muito menos qualquer abordagem sobre o "Certificado de Classificação para fins de fiscalização de exportação" de fl. 110, emitido com base e em decorrência do art. 20º, par. 2º da Lei n. 5025/66 e do art. 43, par. 4º do Decreto n. 59607/66, no qual perito habilitado pela CACEX atesta ser do tipo 2 o farelo de soja então exportado.

Destarte, e acatando às ponderações apresentadas por esta Col. Câmara, voto no sentido de que o julgamento do processo seja novamente convertido em diligência, desta feita diretamente à Coordenação Técnica de Intercâmbio Comercial (CTIC) do DECEX, a fim de que

Rec. 112.198  
Res. 303-484

tal órgão esclareça, de forma mais fundamentada possível:

- a) qual a validade, por ela, CTIC, atribuída ao Certificado de Classificação para fins de Fiscalização da Exportação emitido com base no art. 43, par. 4º, do Decreto n.º 59.607/66, enquanto documento comprobatório de exatidão da identificação e da classificação de mercadoria submetida a despacho aduaneiro de exportação;
- b) como entende deva ser enquadrado o produto abordado nos presentes autos, farelo de soja tostado a granel, consoante os termos da Resolução CONCEX n.º 83/73.

Sala das Sessões, em 11 de fevereiro de 1992.

  
WILTON DE SOUZA COELHO - Relator.

rffs.